

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008893-89.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**  
 Requerente: **Antonio Cardoso Sobrinho Comércio de Alimentos Eireli**  
 Requerido: **Mauro Lucio Francoso**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

**ANTONIO CARDOSO SOBRINHO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELLI** ajuizou ação monitória contra **MAURO LÚCIO FRANCO**, dizendo-se credor da importância de R\$ 1.916,68, atinente a cheque emitido e não compensado.

Citado, o réu opôs embargos ao mandado monitório, alegando que não foi notificado extrajudicialmente para pagamento da dívida e excesso na apuração do saldo devedor. Apresentou proposta para parcelamento da dívida e requereu a improcedência do pedido.

A embargada refutou tais teses.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A autora é portadora de cheque emitido pelo réu, o qual não foi pago pelo banco sacado.

Falta-lhe força executiva.

“Uma das características marcantes da ação monitória é o baixo formalismo predominante na aceitação dos mais pitorescos meios documentais, inclusive daqueles que seriam naturalmente descartados em outros procedimentos. O que interessa, na monitória, é a possibilidade de formação da convicção do julgador a respeito de um crédito, e não a adequação formal da prova apresentada a um modelo prédefinido, modelo este muitas vezes adotado mais pela tradição judiciária do que por exigência legal” (cf. REsp



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

1025377/RJ, rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe 04-8-2009).

Com efeito, o réu não nega a emissão do cheque e a entrega à autora, do que decorre reconhecimento da obrigação pecuniária, de pagar certo valor.

Infundada a alegação do embargante de que não foi notificado extrajudicialmente para pagamento da dívida. Desnecessária qualquer notificação para constituí-lo em mora.

A correção monetária nada acrescenta ao valor da obrigação, justificando-se a incidência desde a data da constituição da obrigação, como apontam diversos precedentes do colendo STJ (cf. AgRg no REsp 1197643, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 01/07/2011; AgRg no REsp 619002, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), DJe 25/02/2010; AgRg no Ag 666617, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 19-3-2007 p. 322).

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DE EMISSÃO.**

1. Em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração que contenham exclusivo intuito infringente.

2. "A data de emissão do cheque é o termo inicial de incidência de atualização monetária." (AgRg no REsp 1.197.643/SP, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, unânime, DJe de 1º.7.2011).

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 541.688/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2014, DJe 17/09/2014)

Quanto aos juros de mora, deverão ser contados a partir da data da citação inicial, quando efetivamente constituído em mora o réu.

**"AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO PARA A VIA EXECUTIVA - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - TERMO INICIAL - A correção monetária incide a partir do vencimento do título. Os juros moratórios apresentam incidência desde a citação válida. Sentença reformada, para esse específico fim. Recurso parcialmente provido"** (Apelação 0009665-71.2009.8.26.0019 - Relator: Roberto Mac Cracken - j. 16/09/2010).

**"AÇÃO MONITÓRIA - Cheques prescritos - Correção monetária a partir do vencimento dos títulos - Juros legais - Termo inicial - Citação - Precedentes do STJ. Recurso parcialmente provido (TJSP, APEL.Nº: 0003934-84.2010.8.26.0302, Rel. Des. Álvaro**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Torres Júnior, j. 01.10.2012)".

"CHEQUES PRESCRITOS Ação monitória Reconhecimento da cobrança dos valores constantes das cédulas pela ré Insurgência tão somente quanto ao termo inicial do cômputo de correção monetária e juros moratórios - Incidência de juros moratórios a partir da citação e correção monetária das datas estabelecidas pelas partes para apresentação e pagamento das cédulas (cheques pós-datados) Procedência parcial mantida - Recurso provido em parte (TJSP, Apelação nº 0001041-62.2010.8.26.0483, Rel. Correia Lima, j. 07/04/2014)".

Diante do exposto, **acolho em parte** os embargos opostos e julgo constituído o título executivo judicial em favor da autora, **ANTONIO CARDOSO SOBRINHO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELLI**, no tocante à obrigação do réu, **MAURO LÚCIO FRANCO**, de pagar o valor atinente ao cheque, com correção monetária desde a data da emissão e juros moratórios, à taxa legal, estes a partir da época da citação inicial.

Responderá o réu embargante pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono do autor embargado, fixados em 10% do valor da dívida. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de dezembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**